



Paidéia

ISSN: 0103-863X

paideia@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Mattar Yunes, Maria Ângela; de Oliveira Arrieche, Maria Rosaura; Abrantes Tavares, Maria de Fátima;
Coll Faria, Lucimeri

Família vivida e pensada na percepção de crianças em situação de rua

Paidéia, vol. 11, núm. 21, 2001, pp. 47-56

Universidade de São Paulo

Ribeirão Preto, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305425347006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

FAMÍLIA VIVIDA E PENSADA NA PERCEPÇÃO DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA¹

Maria Ângela Mattar Yunes²

Maria Rosaura de Oliveira Arrieche

Universidade Federal do Rio Grande

Maria de Fátima Abrantes Tavares

Lucimeri Coll Faria

IP-Universidade de São Paulo

RESUMO: A violência no ambiente familiar é um dos motivos mais citados por crianças e adolescentes em situação de rua para justificar o abandono do lar. O presente estudo visa a investigar como as crianças e adolescentes nesta condição percebem suas famílias. Foram entrevistadas 50 crianças e adolescentes, 27 nas instituições e 23 nas ruas. Apesar das diferenças nas percepções entre institucionalizados e entrevistados nas ruas, os dados revelam que a maioria apresenta sentimentos de afeto e aceitação alternados com indicações de maus tratos e rejeição dos familiares. Desta forma, os resultados sugerem que diferentes significados de família são construídos por estas crianças e adolescentes durante o processo de desenvolvimento. Pode-se constatar oscilações na forma de conceber uma família *pensada* - ou idealizada, referencial, corpo de regras - e a *vivida* - a que se desvela na realidade do cotidiano, principalmente no caso das crianças e adolescentes que vivem nas instituições.

Palavras-chaves: Família, Criança em Situação de Rua, Desenvolvimento

The perception of lived and thought family of street children

ABSTRACT: Home violence is one of the reasons most frequently mentioned by street children to justify home abandonment. The present research aims to investigate how children under this condition perceive their families. Fifty children from two groups were interviewed: twenty-seven were in the institutions and twenty-three in the streets. Although the perceptions of the two groups of children were different, the results showed that most of them expressed affection and acceptance shifted with maltreatment and rejection toward their families. Therefore, the results suggest that these children along the developmental process construct different meanings of family. There are clear evidences of the oscillation in their conceptions of a *thought family* - idealized, referential, setting of social norms - and a *lived family* - the one that comes up in everyday life, mainly in the case of children who live in the institutions.

Key words: Family, Street children, Development

Freqüentemente, os estudos que buscam compreender os motivos que levam as crianças a viver nas ruas citam uma multiplicidade de razões para explicar esta preocupante questão (Bandeira, Koller, Hutz & Foster, 1994; Martins, 1996; Rosemberg,

1996; Yunes, Arrieche & Tavares, 1997). A complexidade do tema tem evidenciado a multideterminação e a interrelação de causas que levam as crianças e adolescentes às ruas, o que dificulta sobremaneira a tomada de decisões interventivas. Conforme lembra Aptekar (1996), não se pode ignorar o papel da cultura nesta busca de explicações, pois a origem das crianças nas ruas varia com as características e circunstâncias sociais, políticas, econômicas e históricas de cada população.

¹ Artigo recebido para publicação em maio de 2001; aceito em janeiro de 2002.

² Endereço para correspondência: Maria Ângela Mattar Yunes, Depto de Educação e Ciências do Comportamento, Universidade Federal do Rio Grande, RS, Rua General Portinho, 35, Ap. 802, Rio Grande, RS, Cep 96200-210, e-mail Yunes@vetorialnet.com.br

Mas, em geral, as hipóteses mais freqüentemente citadas pelos estudiosos são a miséria urbana com suas conseqüências sociais, e o abandono, abuso, violência ou negligência das famílias (Bandeira e cols, 1994; Lusk, 1992; Patel, 1990; Yunes e cols, 1997). Qualquer que seja a hipótese mencionada, fica claro nos vários estudos que a maioria das crianças não quebra o vínculo familiar de maneira abrupta, e sim, deixa suas casas de modo gradual pela necessidade de pertencimento a um grupo (Aptekar, 1988b; Connolly, 1990; Felsman, 1981; Visano, 1990). Portanto, crianças e adolescentes, em situação de rua, parecem ser o resultado de um longo processo de enfraquecimento dos laços afetivos com as figuras familiares mais próximas, o que é, muitas vezes, agravado pela não-disponibilidade de outros sistemas de influência na comunidade. Estes outros sistemas, tão bem apresentados pela perspectiva ecológica de desenvolvimento de Bronfenbrenner (1996), deveriam funcionar como uma rede de apoio social. Dentre eles destaca-se a escola, que, ao lado da família, deveria desempenhar seu papel de proteção no desenvolvimento da criança. Entretanto, na realidade brasileira, como bem ressalta Fonseca (1995), “a escola não exerce uma influência suficiente para estabilizar a trajetória da criança, e, portanto, não há como ancorar a criança na residência” (p. 31). O resultado tem sido um crescimento descontrolado do número de crianças e adolescentes afastados tanto do ambiente doméstico como do educacional.

A ênfase na família como um dos contextos de desenvolvimento mais importantes e cruciais para os indivíduos que nela vivem é uma das questões antigas e de consenso na Psicologia, na Antropologia, na Sociologia e em outras áreas das Ciências Sociais e Humanas. À família cabe em primeira instância o direito e obrigação de zelar pelo bem-estar de sua prole, ou, em outras palavras, cuidar dos filhos. A ela são atribuídos muitos deveres e responsabilidades, o que pode ser observado no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que assegura à criança “o direito de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária”. (Art. 19, Cap. III). Fica implícito pelo texto que da instituição “família” é esperada a função de for-

mação e/ou papel de facilitadora do desenvolvimento saudável da criança ou adolescente. No entanto, muitas crianças e adolescentes abandonam suas famílias e elegem a rua como refúgio dos abusos sofridos e talvez até como a única solução de seus problemas. Crianças e adolescentes provenientes de diferentes localidades fazem as mesmas afirmações quanto às suas vidas em ambiente familiar, e reforçam a idéia de que a violência e os conflitos são a tônica das relações interpessoais (Bandeira & cols, 1994; Patel, 1990; Tyler & Tyler, 1996; Yunes & cols, 1997). Por outro lado, estar na rua significa estar exposto a um cotidiano com outras modalidades de violência, que sem dúvida difere muito daquele que é experienciado por crianças que vivem protegidas por suas famílias e freqüentam a escola regularmente (Hutz & Koller, 1997; Yunes & cols., 1997).

Portanto, o que se deve considerar é que, em geral, as crianças e adolescentes em situação de rua são privadas por longos períodos do convívio com um ambiente de referência em que as relações interpessoais sejam afetivas, estáveis e de confiança. Porém, antes de tecer considerações psicológicas sobre as conseqüências “desastrosas” (ou não) deste fato no desenvolvimento das crianças, é preciso compreender como elas percebem esta dinâmica e lidam com ela. Para tanto, é necessário conhecer os diferentes significados que a família tem para elas no decorrer do seu desenvolvimento e durante os períodos que passam nas ruas (Raffaelli, Koller, Reppold, Kuschick, Krum, Bandeira & Simões, 2000). Estes significados vão sendo socialmente construídos a partir das experiências vividas (Gergen, 1990) e através do sentido que é dado a elas. Kagan (1984) afirma que o efeito de uma experiência emocional significativa, como, por exemplo, a ausência prolongada do pai ou um divórcio realizado sob grande tensão, depende muito de como a criança interpreta estes eventos. Nesta perspectiva, o significado emocional das experiências da criança na rua também dependerá de sua maneira de interpretar e perceber o mundo vivido, bem como dos modelos de interação formados no núcleo familiar, na escola, nas ruas e nos outros segmentos de circulação dentro de seu espaço ecológico (Bronfenbrenner, 1996).

Szymanski (1988) desenvolveu um estudo

sobre os significados de família num bairro da periferia de São Paulo, pelo qual pôde observar as ambigüidades nos discursos das pessoas sobre a forma de viver um modelo pensado e a realidade propriamente dita do grupo familiar com todas as suas dificuldades. A autora concluiu que existem dois significados que permeiam o ideário de das pessoas: a família pensada e a vivida, sendo a primeira baseada na tradição, uma noção que é trazida pelo grupo social, pelas instituições ou pela mídia. Já a família vivida refere-se aos modos habituais de agir dos membros que aparecem no cotidiano. A autora constatou ainda que o distanciamento entre o pensado e o vivido variava de uma família para outra, a depender da capacidade de crítica das pessoas, das condições impostas pela vida e da cultura, entre outros aspectos. Em linguagem coloquial e com conotação valorativa, o modelo pensado seria o “certo, bom” e o vivido o “errado, ruim”. Embora nem todas as pessoas vivam sob a tirania deste modelo pensado (Szymanski, 1992), em muitas famílias o modelo vivido pode ser totalmente oposto ao pensado, o que leva algumas famílias a se desqualificarem como grupo e se sentirem incompetentes (Szymanski, 1998). A incorporação de novas crenças, expectativas e valores à cultura familiar irá depender do seu grau de abertura aos grupos de influência tais como amigos, grupos de trabalho e da comunidade (Bronfenbrenner, 1996; Szymanski, 1992).

A realidade vivida pelas famílias das crianças e adolescentes que moram nas ruas ainda é um tema que merece atenção dos pesquisadores, pois as dificuldades práticas de encontrar as casas e conversar com as pessoas do grupo familiar e da vizinhança trazem problemas metodológicos de difícil solução. Em vista disso, o presente estudo visou a investigar como as crianças e adolescentes em situação de rua, institucionalizados e não-institucionalizados, percebem suas famílias. Para melhor entender algumas questões relativas ao desenvolvimento desta população; é preciso explorar não só a realidade objetiva dos fatos, mas entender as dimensões internas e os significados que as crianças e adolescentes dão às suas experiências de vida (Raffaelli, Koller, Reppold, Kusnchick, Krum & Bandeira, 1997; Raffaelli e cols, 2000). Nesta ótica, foram investigados alguns aspectos das relações das

crianças e adolescentes com as figuras parentais, com ênfase nas experiências presentes e passadas do convívio familiar e das interações entre os membros, tais como: o vínculo familiar (pela frequência das visitas ao lar), as expressões de lembranças da infância, a percepção da criança em relação à família como grupo e das figuras materna e paterna individualmente, expectativas e interações de cada entrevistado com o grupo familiar, separadamente com o pai e a mãe.

Método

Participantes

O presente estudo foi realizado na cidade de Rio Grande, localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul (a cidade conta aproximadamente 180 mil habitantes). Inicialmente foi feito um levantamento das instituições e entidades locais que prestam atendimento à população em estudo na cidade. Foram encontradas na ocasião duas instituições: SORAN (Sociedade Rio-grandina de Auxílio aos Necessitados) e CAM (Centro de Apoio ao Menor).

Foram entrevistados 50 adolescentes e crianças, sendo que 27 encontravam-se institucionalizados - 12 na SORAN e 15 no CAM - e 23 estavam em diferentes áreas, nas ruas do município.

Todos os entrevistados institucionalizados já haviam vivido nas ruas antes. A maioria daqueles entrevistados nas ruas (79%) contou que pernoitava em casa e o restante alegou ficar na rua por tempo integral. Muitos dos entrevistados (76%) são originalmente da cidade de Rio Grande. A maioria era do sexo masculino (98%)³, e tinha de 12 a 17 anos (94%). Mais da metade dos entrevistados era branco (58%), e o restante negro (32%) ou mulato (10%). A grande maioria afirmou ter família (98%), e pouco mais da metade (56%) informou frequentar a escola na ocasião do contato.

Procedimentos

Para realização das entrevistas, foram priorizadas as questões éticas (Hutz, Koller, Bandeira & Foster, 1995; Hutz & Koller, 1999) e de abordagem das crianças, tanto para a entrevista realiza-

³ Apenas uma menina foi encontrada nos pontos de abordagem da cidade.

da nas ruas como nas instituições (Gunther, 1989). Para tal, três entrevistadores foram selecionados e treinados para coletar os dados. Quando as entrevistas eram realizadas nas instituições, solicitava-se um espaço para que pudessem ocorrer individualmente. Na rua (praças públicas, praia, feiras-livres, logradouros públicos e estacionamento de supermercado), após observação e um período de “namoro” seguido da constatação de que a criança ou jovem perambulava ou realizava pequenos serviços naquele local (do tipo guardar ou lavar carros) com certa frequência, o entrevistador aproximava-se e “convidava” a criança ou adolescente a conversar, assegurando a confidencialidade do que fosse falado na entrevista. Após a concordância (Fischer, 1993; Thompson, 1), as verbalizações eram anotadas na íntegra no momento da entrevista. Observações posteriores ou comentários do entrevistador eram registrados.

Material

O instrumento utilizado foi um questionário semi-estruturado com um roteiro básico elaborado em colaboração com o grupo de profissionais do CEP-RUA (Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Koller, Bandeira, & Raffaelli, 1995). O questionário constava de três partes, que compunham os momentos da entrevista:

- a) dados de identificação;
- b) sentenças abertas a serem completadas oralmente pelo entrevistado;

Em caso de frases reticentes ou pouco claras, o examinador fazia perguntas exploratórias, para facilitar a categorização das respostas.

- c) questões específicas para levantar dados sobre o contato das crianças e adolescentes com a família: a frequência de visitas aos familiares, o motivo de abandono do lar (em casos de abandono), a frequência de notícias de casa.

O material referente às sentenças abertas tem sido utilizado em outros estudos sobre crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil (Raffaelli & cols, 1997, 2000; Yunes & cols., 1997) e provém de uma lista de 24 itens selecionados, traduzidos e adaptados para estudos brasileiros (Raffaelli & cols.,

2000). Nesta investigação, as seguintes sentenças foram escolhidas por estarem de acordo com a temática do estudo:

As pessoas de quem eu gosto...; Eu queria que minha família...; Quando eu era pequeno, minha família...; Minha família me trata ...; Acho que meu pai / mãe...; Eu queria que meu pai / mãe...; Meu pai / Minha mãe e eu...

A categorização das respostas foi feita de acordo com alguns dos princípios da “grounded-theory” (Strauss & Corbin, 1990)⁵. Tal metodologia qualitativa propiciou o levantamento e agrupamento de grandes categorias e subcategorias, a partir dos temas abordados na entrevista. Em todas as sentenças abertas, expressões tais como, “Não me lembro”, “Nada”, “Não sei” ou ausência de resposta pelo silêncio foram categorizadas como respostas evasivas. A frequência das categorias foi quantificada em percentagens de acordo com o seu aparecimento nas respostas dos entrevistados.

Resultados

Os resultados obtidos mostraram diferenças nítidas entre as respostas das crianças e adolescentes que vivem em instituições e as dos que vivem nas ruas. A começar pela frequência das visitas familiares em que 31% dos institucionalizados sequer se lembravam de sua última visita, e apenas 23% estiveram com os familiares recentemente. A maioria (73%) declarou ter abandonado o lar por abuso, violência e brigas na família. Ao serem estimulados a citar pessoas de quem gostam, 42,3% elegeram pessoas fora da família (da rua, vizinhança, da instituição) como alvos de seu afeto.

Comparativamente, 79% dos entrevistados não-institucionalizados estiveram em casa há menos de uma semana, e 67 % afirmaram nunca ter fugido. Poucos dentre os entrevistados na rua (23%) referiram-se às discórdias familiares, e muitos (62%)

⁵ Não há uma tradução convencional para o termo *grounded-theory*. Em espanhol, há várias traduções, como, por exemplo, *teoría fundamentada*, *fundamental* ou *básica* (Rey, 1999). Na língua portuguesa, alguns autores utilizam a tradução *Teoria Fundamentada nos Dados* (Bousso, 1999). Usualmente, prefere-se usar o termo original em inglês.

falaram de seu afeto para com pessoas da família.

Algumas lembranças infantis foram estimuladas a partir da sentença aberta “Quando eu era pequeno, minha família...”. Conforme apresenta a Tabela 1, poucas crianças e adolescentes institucionalizados referiram-se ao período de infância com citações de afeto em relação à família, enquanto que um terço dos entrevistados não-institucionalizados terminou a frase acima com palavras positivas, *afetivas* e de *união*. Uma parcela considerável das duas populações (23% dos institucionalizados e 16,6% dos não-institucionalizados) escolheu fazer referência a fatos negativos, em que o relato enfocasse lembranças de *separações*, *brigas* ou *violência* no ambiente familiar. Respostas evasivas foram dadas por percentagens consideráveis de crianças e adolescentes entrevistados nas instituições (38%) e nas ruas (29%).

Tabela 1: Percentagens das categorias referentes às lembranças da infância: “Quando eu era pequeno, minha família...”

Lembranças Infantis	Inst.	Ñ-inst.
Positivas (afeto, união)	11,5	33,3
Negativas (brigas, desunião)	23,0	16,6
Fatos do cotidiano	26,9	20,8
Respostas evasivas	38,4	29,1

Ao serem questionados sobre o tratamento recebido de seus familiares (através da sentença aberta “Minha família me trata...”), os sujeitos, na sua grande maioria, afirmaram que suas famílias mantêm para com eles uma atitude positiva e de aceitação: 69,2% das crianças e adolescentes institucionalizados e 70,5% dos não-institucionalizados disseram que são *bem-tratados* pelas famílias. De qualquer modo, chama atenção a percentagem de crianças e adolescentes institucionalizados (19%) que expressaram maus tratos por parte de seus familiares, em relação aos não-institucionalizados (4,2%), fazendo referências a *brigas*, *discussões* ou a serem *tratados como “bichos”*.

Quanto à maneira de perceber as figuras parentais, foram também encontradas diferenças importantes. Em primeiro lugar, quase a metade das crianças e adolescentes institucionalizados (46%) referiu a ausência do pai, como *desconhecido* ou *falecido* (vide

Tabela 2), enquanto metade dos não-institucionalizados (50%) reconheceu a presença positiva do pai na dinâmica familiar, como *legal* e *bom*. Percentagens equivalentes a aproximadamente um quarto dos entrevistados de cada grupo apontaram qualidades negativas na figura paterna, tais como *ruim*, *sem-vergonha*, *otário* entre outras categorias semelhantes.

Já no que se refere à mãe, os resultados obtidos nas duas populações foram consistentes em demonstrar a alta frequência de referências aos seus aspectos positivos como, por exemplo: *muito boa/legal* “*porque me cuidou/criou/me dá coisas*”. Deve-se ressaltar que um maior número de crianças e adolescentes entrevistados nas ruas (71%) declarou as qualidades positivas de suas mães em comparação com a percentagem de crianças e adolescentes institucionalizados (50%). Nenhum dos entrevistados não-institucionalizados relatou aspectos negativos da mãe ou a sua ausência. Entretanto, quase 20% dos institucionalizados falaram de uma mãe *desconhecida* ou *falecida* e 15% enfatizaram suas qualidades negativas, como *ruim*, *agressiva* ou *alcoólatra* (Tabela 2).

Tabela 2: Percentagens de respostas categorizadas sobre a percepção das figuras parentais: “Eu acho que meu pai/minha mãe...”

Percepção	PAI		MÃE	
	Inst.	Ñ-inst.	Inst.	Ñ-inst.
Características positivas	23	50	50	70,9
Características negativas	26,9	20,4	15,4	0
Desconhecido/falecido	46,1	25	19,2	0
Respostas evasivas	3,8	4,2	15,3	29,1

O resultado da análise das respostas das crianças e adolescentes às sentenças abertas referentes às suas expectativas com relação ao grupo familiar (*Eu queria que minha família...*) demonstrou que os entrevistados não-institucionalizados enfatizaram com uma frequência um pouco maior sua preocupação com a *união* da família (42,7%) do que os institucionalizados (30,8%). Desejos de mudanças, ou seja, de *ter uma família diferente (mais legal, boa, com paz, com mais recursos materiais e de status sócio-econômico mais alto)* foram expressos por proporções equivalentes das duas populações de entrevistados, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3: Percentagens de categorias sobre as expectativas das crianças e adolescentes com relação ao grupo familiar: "Eu queria que minha família..."

	Inst.	Ñ-inst.
União dos familiares	30,8	42,7
Mudanças na família	42,1	37,5
Respostas evasivas	26,9	20,9

Considerando-se as expectativas das crianças e adolescentes com foco nas figuras do pai e da mãe (*Eu queria que meu pai/minha mãe...*), percebe-se que uma parcela expressiva de entrevistados institucionalizados gostaria que o pai *estivesse vivo* (38,4%). Uma parcela significativa (26,9% e 33,3%) de ambas as populações estudadas pede por *mudanças na conduta de seu pai*, conforme mostra a Tabela 4. Exemplos das mudanças citadas são: *fosse mais educado, mais inteligente, desse mais amor e carinho, trabalhasse e não fosse alcoólico*. Quando se trata da mãe, os anseios das crianças e adolescentes concentraram-se mais na *melhoria das suas condições de vida*, já que 45,8% das crianças e adolescentes não-institucionalizados apresentaram respostas do tipo: *Eu queria que minha mãe fosse rica/tivesse dinheiro/fosse bem de vida/conseguisse emprego*. Esta preocupação também apareceu em 34,5% das respostas dos institucionalizados. A percepção de que o comportamento da mãe poderia ser diferente apareceu em ambas as populações entrevistadas, do mesmo modo que ocorreu com o pai. No geral, o índice de *aceitação do pai e da mãe (como eles são)* foi muito pequeno.

Tabela 4: Percentagens de respostas categorizadas acerca das expectativas das crianças e adolescentes focadas nas figuras parentais: "Eu queria que meu

	PAI		MÃE	
	Inst.	Ñ-inst.	Inst.	Ñ-inst.
Estivesse vivo	38,4	16,6	19,2	0
Melhorar de vida	15,4	29,1	34,6	5,8
Mudar comportamento	26,9	33,3	23,0	9,1
Continuar como é	3,8	8,3	3,8	2,5
Respostas evasivas	15,4%	12,5%	19,2%	2,5%

A Tabela 5 apresenta dados sobre o relacionamento dos entrevistados com o pai e a mãe, obtidos pela sentença "*Minha mãe e eu, Meu pai e eu...*". Tanto ao se referir ao pai como à mãe, mais da metade dos entrevistados, tanto nas instituições como nas ruas, fizeram referências a relatos de *atividades conjuntas* ocorridas no passado, do tipo *passeios, viagens ou trabalho*, realizados em companhia do pai ou da mãe. Os que não vivem em instituições tendem mais freqüentemente que os outros a expressar bom relacionamento com a figura materna. Poucos entrevistados institucionalizados manifestaram-se sobre *bom* ou *mau* relacionamento seja com o pai ou com a mãe, mas pode-se notar que o índice de respostas evasivas foi maior quando se tratou de falar sobre a interação com o pai.

Tabela 5: Percentagem de categorias sobre a percepção do relacionamento com os pais (Minha mãe/ Meu pai e eu...)

	PAI		MÃE	
	Inst.	Ñ-inst.	Inst.	Ñ-inst.
Bom relacionamento	3,8	12,5	7,7	29,2
Relacionamento ruim	11,5	8,4	7,6	8,4
Atividades conjuntas	53,8	50	65,4	45,8
Desconhecido	3,8	8,3	0	0
Respostas evasivas	27,1	20,8	19,2	16,7

Discussão

Crianças e adolescentes institucionalizados e não-institucionalizados provêm de famílias com diferentes configurações, o que provavelmente provoca diferentes experiências relacionais e de identificação ao longo do seu desenvolvimento. As crianças e adolescentes que vivem nas instituições revelaram ser de famílias cuja dinâmica familiar gira em torno da liderança da mãe, ou seja, são famílias monoparentais, em que o pai é ausente por inúmeras razões. Nestes casos, a participação do pai no grupo familiar é percebida como superficial, esporádica e de pouca proximidade afetiva. As crianças e adolescentes não-institucionalizados conviviam

mais freqüentemente com o casal de pais, o que sugere que provêm de famílias de composição nuclear. Mesmo assim, a presença da figura paterna centraliza críticas das crianças e adolescentes, o que indica problemas no relacionamento da parelha “pai-filho” nos dois grupos de entrevistados. Os desejos de mudar a conduta do pai, estreitar os vínculos com ele, ou simplesmente ter a sua presença e participação na família indicam algumas dificuldades enfrentadas pelas crianças e adolescentes nas suas relações parentais, porém mais evidentes entre as crianças e adolescentes institucionalizados.

Quando se analisa a percepção da figura materna, as expressões de “positividade” nas respostas das crianças e adolescentes sugerem que, para os entrevistados, a mãe é um importante elo entre os membros da família. Segundo Sarti (1996), mãe é um vínculo biológico com grande força simbólica. Os defeitos das mães são menos mencionados que os dos pais e verifica-se consenso nas opiniões relativas às aspirações por uma melhor qualidade de vida e bem-estar para suas mães, o que de alguma maneira reflete afeto e empatia na relação com elas.

Em meio à diversidade de respostas e categorias apresentadas pelos resultados deste trabalho, pode-se constatar idéias, lembranças e vivências familiares comuns entre todos os entrevistados com experiência de viver nas ruas e em instituições. Mais do que isso, as semelhanças parecem residir numa construção ambivalente ou alternada, de significados de modelos de família, ora *pensado*, ora *vivido*, se tomarmos como referência a proposição de Szymanski (1988) apresentada na parte introdutória deste artigo.

Para as crianças e adolescentes entrevistados durante a pesquisa, a família *pensada* é aquela tomada como referencial de um sistema de crenças e padrões de conduta, na qual pai, mãe e filhos vivem um vínculo familiar nuclear, coeso e estável, tanto no aspecto emocional como financeiro. Os desejos de ter uma família unida, no modelo nuclear, com a presença de um pai participante nas decisões, somadas à preocupação dos entrevistados em mudar o quadro familiar, especialmente no que tange à figura paterna, exemplificam algumas concepções da família *pensada* no imaginário das crianças e adolescentes. Ter uma família ideal, socialmente acei-

ta, como “a certa ou a melhor” muitas vezes faz com que as crianças e adolescentes neguem a que possuem, ou seja, aquela que é *vivida* e real, principalmente no caso das crianças e adolescentes que estão nas instituições, mais isolados dos familiares e que deixaram seus lares mais cedo que os outros. A idéia de que o modelo nuclear de família é o “melhor” para o desenvolvimento das crianças e adolescentes vem sendo endossada por várias teorias das Ciências Humanas. Como exemplo, ao discorrer sobre os efeitos das interações entre pais e filhos no desenvolvimento das crianças, Bronfenbrenner afirma em uma de suas proposições que “O estabelecimento e manutenção de padrões de interações complexas, e o apego emocional entre a criança e seu cuidador, dependem substancialmente do grau de envolvimento de um outro adulto, uma *terceira parte* que ajude, encoraje, incentive e expresse admiração e afeição pela pessoa que está cuidando e engajada em atividade conjunta com a criança.” (p. 4). O autor reafirma essa mesma idéia com a seguinte frase: “Parece que, na dança da família, o tango é dançado a três.”⁶ (Bronfenbrenner, 1991, p. 4).

Conforme já referido, a família *vivida* é muitas vezes totalmente diferente da *pensada*. É a família real, a do dia-a-dia, que se desvela no desenrolar do cotidiano. É a que fala das dificuldades, tanto de ordem afetiva como material, que lembra as brigas, os conflitos e a separação dos membros e que, portanto, muitas vezes traz recordações dolorosas. Talvez por isso, a grande maioria das crianças e adolescentes tenha em alguns momentos ressaltado o bom tratamento propiciado pelos cuidadores, trazendo com isso um indício do que *pensam* de família (aquela que cuida, protege, dá carinho e segurança), que pode ser coincidente ou não com o que *vivem*. Em alguns casos, a contradição desta informação com o *vivido* fica evidente principalmente na análise dos depoimentos das crianças e adolescentes institucionalizados, que afirmaram em outros momentos a freqüente presença de conflitos e expressões de desafeto dos cuidadores para com eles, o que replica dados de pesquisas realizadas em outras regiões sobre as crianças que vivem nas ruas (Bandeira & cols., 1994; Lusk, 1992; Patel, 1990; Yunes e cols., 1997).

As ambigüidades entre o que é *pensado* e *vi-*

vido no âmbito familiar revelaram-se mais presentes no imaginário das crianças e adolescentes institucionalizados. Mas, no geral, quando se investigaram lembranças de fatos passados, poucos entrevistados dos dois grupos trouxeram as marcas de uma infância feliz com os familiares, e as respostas evasivas, do tipo não querer falar sobre estes assuntos, sugerem a confirmação de dificuldades de relacionamento já mencionadas anteriormente.

A alternância (e as ambigüidades) constatadas entre os dois modelos que norteiam as percepções e o ideário de família das crianças e adolescentes em situação de rua induzem a refletir sobre os efeitos que esse fator possa ter no seu desenvolvimento psicológico. Além disso, em que medida o distanciamento entre a família *pensada* e *vivida* contribui para que estas crianças e adolescentes deixem seus lares? Qual é o impacto destas ambigüidades e oscilações entre o que se pensa e o que se vive no âmbito das interações familiares?

São questões diversas e extremamente complexas. Seria preciso conhecer profundamente o universo de cada uma das famílias tendo como “pano de fundo” a perspectiva ecológica de Bronfenbrenner (1996), que, além de considerar a amplitude do mundo intra e extra-familiar na sua relação com as diversas esferas de influência dos contextos de desenvolvimento (creche, escola, igreja, crenças e valores do ambiente social), considera a trama das relações entre estes contextos. O autor alerta os pesquisadores e os trabalhadores da área da família sobre o peso das interações familiares no desenvolvimento de filhos e pais (Bronfenbrenner, 1990, 1991). Em tese, as interações familiares deveriam ser como ele mesmo diz, “desenvolvimentalmente sensíveis”⁷ (Bronfenbrenner, 1991, p. 2), ou seja, deveriam ser capazes de satisfazer as necessidades que todas as crianças têm de crescer social, psicológica e cognitivamente. A princípio, parece que a questão relacional nestas famílias é a chave que vai manter ou não as crianças em suas casas. Portanto, programas de educação de famílias em situação de risco deveriam ser concretizados como uma das medidas

de prevenção do fenômeno “crianças e adolescentes em situação de rua”. Reflexões sobre o que os pais pensam sobre desenvolvimento e educação infantil, sobre suas “teorias” e ideologias acerca de relacionamento humano, poderiam resultar na implementação de práticas educativas parentais eficientes que talvez pudessem, usando a expressão de Fonseca (1995), “ancorar” a criança em sua casa. Programas de educação familiar desenvolvidos em consonância e apoio de uma rede social podem ter uma função protetora a ponto de gerar o estreitamento entre modelos *pensados* e *vividos* de família.

Referências Bibliográficas

- Aptekar, L. (1988b). *Street children of Cali*. Durham. N.C.: Duke University Press.
- Aptekar, L. (1996). Crianças de rua nos países em desenvolvimento: uma revisão de suas condições. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 9, 153-185.
- Bandeira, D.R., Koller, S.H., Hutz, C.S. & Forster, L. (1994). O cotidiano de meninos e meninas de rua. *XVII International School Psychology Colloquium*. Campinas, São Paulo.
- Bouso, R.S. (1999). *Buscando preservar a integridade da unidade familiar: a família vivendo a experiência de ter um filho na UTI pediátrica*. Tese de doutorado, Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bronfenbrenner, U. (1990). Discovering what families do. Em D. Blankenhorn, S. Bayme & J. B. Elshtain (Orgs.), *Rebuilding the nest* (pp. 27-39). Wisconsin: Family Service America.
- Bronfenbrenner, U. (1991). What do families do. *Family Affairs*, 4 (1-2), 1-6.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Connolly, M. (1990). A drift in the City: a comparative study of street children in Bogota, Colombia and Guatemala City. Em N. Boxhill (Org.), *Homeless children: the watchers and the waiters* (pp. 129-149). New York: Haworth Press.

⁶ No original do autor: “It appears that, in the family dance, it takes three to tango”

⁷ Tradução das autoras: “developmentally sensitive”, no original em inglês.

- Estatuto da Criança e Adolescente. Lei Federal nº. 8069/1990.
- Felsman, K. (1981). Street urchins of Colombia. *Natural History*, 90, 41-48.
- Fisher, C.B. (1993) *Integrating science and ethics in research with high risk children and youth*. Volume VII (4), Ann Arbor: Society For Research in Child Development.
- Fonseca, C. (1995). *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez .
- Gergen, K. (1990). Understanding, narration, and the cultural construction of self (pp. 596-606). Em J. Stigler, R.Shweder & G. Herdt (Orgs.), *Cultural Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gunther, H., Brito, O.M.S. & Silva, M.M.S.M. (1989). Relação entrevistador-entrevistado: um exemplo de técnica de entrevista com grupos marginalizados: meninos na rua. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 4, 12-23.
- Hutz, C.S., Koller, S.H. & Bandeira, D.R. (1995). *Researching street children: methodological and ethical issues*. Trabalho apresentado no Biennial Meeting da Society for Research in Child Development.
- Hutz, C. & Koller, S.H. (1997). Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. *Estudos de Psicologia*, 2 (2), 175-197.
- Hutz, C. & Koller, S.H. (1999). Methodological and ethical issues in research with street children. Em M. Raffaelli & R. Larson (Eds.), *Homeless and working youth around the world: exploring developmental issues. New directions for child and adolescent development*, 85 (pp. 59-70). San Francisco: Jossey-Bass.
- Kagan, J. (1984). *The nature of the child*. New York: Basic Books.
- Koller, S.H., Bandeira, D.R. & Raffaelli, M. (1995). *Projeto Gostar da Rua*. Manuscrito não publicado. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Instituto de Psicologia, UFRGS.
- Lusk, M. (1992). Street children of Rio de Janeiro. *International Social Work.*, 35, 293-305.
- Martins, R.A. (1996). Censo de crianças e adolescentes em situação de rua em São José do Rio Preto. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 101-122.
- Patel, S. (1990). Street children, hotel boys and children of pavement dwellers and construction workers in Bombay - How they meet their daily needs. *Environment and Urbanization*, 2, 9-26.
- Raffaelli, M., Koller, S.H., Reppold, C. Kuschick, M., Krum, F. & Bandeira, D.R. (1997). How do Brazilian street youth experience "the street"? *Urban Childhood Conference*, Trondheim, Noruega.
- Raffaelli, M., Koller, S.H., Reppold, C. T., Kuschick, M. B., Krum, F. M.B., Bandeira, D. R. & Simões, C. (2000). Gender differences in Brazilian street youth's family circumstances and experiences on the street. *Child Abuse and Neglect*, 24 (11), 1431-1441.
- Rey, F.G. (1999). *La investigación cualitativa en psicología: rumbos y desafíos*. São Paulo: EDUC.
- Rosemberg, F. (1996). Estimativa de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, 9, 30-45.
- Sarti, C.A.S. (1996). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados.
- Szymanski, H. (1988). *Um estudo sobre significado de família*. Tese de Doutorado não publicada, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação da PUC/SP, São Paulo, SP.
- Szymanski, H. (1992). Trabalhando com famílias. *Cadernos de Ação*. CBIA, IEE/ PUC-SP, n.1.
- Szymanski, H. (1998). Significados de família. Em G.M. Loch & M.A.M. Yunes (Orgs.), *A família que se pensa e a família que se vive* (pp. 9-17). Rio Grande: Ed. da FURG.
- Visano, L. (1990). The socialization of street children: the development and transformation

of identities. *Sociological Studies of Child Development*, 3, 139-161.

Thompson, R.A. (1990). Vulnerability in research: a developmental perspective on research risk. *Child Development*, 61, 1-6.

Tyler, F. & Tyler, S. (1996). Crianças de rua e dignidade humana. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 9, 83-100.

Yunes, M.A., Arrieche, M.R. & Tavares, M.F. (1997). Meninos(as) em situação de rua na cidade de Rio Grande: vida na rua e vida na instituição. *Momento*, 10, 131-142.